

Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Guadalupe
- Área de Segurança Nacional.

Lei nº 132/85 Guadalupe, 21 de Novembro de 1985

Estima a Receita e fixa a Despesa do
Município de Guadalupe, para o exercício
financeiro de 1986 e das outras providências

O Prefeito Municipal de Guadalupe, Estado do Piauí,
faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono
a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento Geral do Mun-
icípio de Guadalupe, para o exercício financeiro de 1986
discriminado pelos anexos integrantes desta Lei e que estima
a Receita em ~~cr\$~~ 5.420.000.000 (cinco bilhões e quatrocentos
e vinte milhões de cruzeiros) e fixa a Despesa em igual
valor.

Art. 2º - A Despesa será realizada mediante arrecadação
dos tributos e fundos de outras fontes de renda, na forma da
legislação em vigor (anexo I item III do art. 3º do Decreto nº
1.845/81) e das especificações constantes do Adendo III, anexo 2
e seus subanexos de acordo com o seguinte desdobramento:

Receitas Correntes	<u>cr\$ 2.370.000.000</u>
Receita Tributária	cr\$ 40.000.000
Receita Patrimonial	cr\$ 80.000.000
Receita Industrial	cr\$ 6.000.000
Transferências Correntes	cr\$ 2.164.000.000
Outras Receitas Correntes	cr\$ 80.000.000
Receitas de Capital	<u>cr\$ 3.050.000.000</u>
Alienação de Bens	cr\$ 100.000.000

Transferecias de Capital ^{cont.}
Total

cr\$ 2.950.000.000

cr\$ 5.420.000.000

Art. 3º - A Despesa sera realizada na forma do qual
o contente do anexo II do item IV do art. 3º do Decreto
Lei nº 1.875/81 e respectivos quadros, conforme demonstra
o seguinte:

I - Despesa por órgão de Governo e da Administração:

01 - Câmara Municipal	cr\$ 280.000.000
02 - Gabinete do Prefeito	cr\$ 470.000.000
03 - Secretaria Geral	cr\$ 620.000.000
04 - Departamento de Financas	cr\$ 195.000.000
05 - Dep. Municipal de Estradas e Rodagem	cr\$ 1.050.000.000
06 - Dep. de Educação e Cultura	cr\$ 1.240.000.000
07 - Departamento de Saude	cr\$ 410.000.000
08 - Dep. de Obras e Serv. Urbanos	cr\$ 1.155.000.000
Total	<u>cr\$ 5.420.000.000</u>

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir
créditos suplementares mediante utilização dos recursos
adiante indicados, até o limite correspondente a 50%
(cinquenta por cento) do total de despesas fixadas nes-
ta Lei, com as seguintes finalidades:

I - Atender a insuficiência nas dotações, utilizando
como recursos os definidos nos itens I, II, III, e
IV do § 1º do Art. 43 da Lei nº 4.320/64, de 17 de março
de 1964.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar
as medidas necessárias para ajustar os dispêndios
(ou a execução da despesa) ao comportamento efetivo
da receita.

Parágrafo Único - Durante a execução do Orçamento, fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total das receitas, subtraindo-se desta o montante das operações de crédito classificadas como receita de capital.

Art. 6º - O Poder Executivo, no interesse da Administração poderá designar órgãos para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos a partir de 1º de Janeiro de 1986.

Julio César de Carvalho Lima
- Prefeito Municipal -

Sancionada, registrada a presente Lei sob nº 132/85 no Livro nº 04, as fls. 62 v a 63 v.

Em 21-11-85.

Maria de Bourdes C. Lima
- Secretária -